



Mayo 2018 - ISSN: 1988-7833

TURISMO COMUNITÁRIO “INDÍGENA” NA AMAZÔNIA: Uma crítica à sujeição da cultura local.

William de Souza Barreto¹

Doutorando em Desenvolvimento Regional da FURB.
Bolsista FAPEAM Edital 003/2014 RH-Interiorização.

Carlos Alberto Cioce Sampaio²

Professor dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da
FURB e Gestão Ambiental da UP.

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

William de Souza Barreto y Carlos Alberto Cioce Sampaio (2018): “Turismo comunitário “Indígena” na Amazônia: Uma crítica à sujeição da cultura local”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (mayo 2018). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/05/turismo-comunitario-brasil.html>

RESUMO: O objetivo deste artigo é descrever o turismo comunitário, principalmente relacionado ao turismo comunitário “indígena” realizado na região da boca da Valéria no estado do Amazonas (Brasil). O principal enfoque abordado nesta pesquisa foi o da identidade cultural e o quanto ele é manipulado para a obtenção de uma maior lucratividade. A metodologia utilizada nesta pesquisa preliminar vem ao encontro do material de outros estudos pesquisado em campo, bem como aqueles coletados na literatura e extraídos de documentos oficiais, portanto a forma empírica está embasada na teoria. Ao colocar o turismo comunitário como promotora do desenvolvimento de base local. Teremos preliminarmente dois objetos importantes como arcabouço teórico para a realização deste estudo. De um lado, será analisado o turismo comunitário “indígena” na Amazônia e, de outro, a sujeição da cultura local pela indústria do turismo. Com o passar dos anos, essa imposição é deletéria tanto para a cultura local (ribeirinha) quanto para a sustentabilidade da própria atividade turística. Portanto, é possível aprontar, com os argumentos exposto neste estudo, que o turismo comunitário “indígena” da região da Valéria é insustentável no longo prazo.

Palavras-chave: Turismo Comunitário, Identidade Cultural, Sustentabilidade, Amazônia, Boca da Valéria.

ABSTRACT: The purpose of this article is to describe community tourism, mainly related to "indigenous" community tourism in the region of the Boca da Valéria in the state of Amazonas (Brazil). The main focus of this research was on cultural identity and how it is manipulated to achieve greater profitability. The methodology used in this preliminary research is in line with the material of other studies researched in the field, as well as those collected in the literature and extracted from official documents, so that the empirical form is based on theory. By placing community tourism as a promoter of local development. Preliminarily we will have two important objects as theoretical framework for the realization of this study. On the one hand, it

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas - NPP/FURB. Bolsista da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, Edital 003/2014 RH-Interiorização. E-mail: wbarretow@gmail.com.

² Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC com *sandwich* em Economia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Pós-Doutor em Ciências Ambientais pela Washington State University, USA, em Cooperativismo Corporativo pela Universidad de Mondragón, Espanha, e em Ecossoecionomia pela Universidad Austral de Chile. Professor dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento Regional/FURB e Gestão Ambiental/UP. Pesquisador CNPq. Coordenador Adjunto da Área em Ciências Ambientais/CAPES. E-mail: carlos.cioce@gmail.com.

will analyze "indigenous" community tourism in the Amazon and, on the other, the subjection of local culture to the tourism industry. Over the years, this imposition is detrimental both to the local (ribeirinha) culture and to the sustainability of the tourism activity itself. It is therefore possible to prepare, with the arguments presented in this study, that "indigenous" community tourism in the Valeria region is unsustainable in the long term.

Keywords: Community Tourism, Cultural Identity, Sustainability, Amazon, Boca of Valeria.

INTRODUÇÃO

Na Amazônia o termo "boca" é comumente utilizado para indicar a localização de um lugar, de uma comunidade, de uma ilha ou mesmo uma residência que se encontra entrada de um rio, lago ou cabeceira. Sendo assim, "A Boca da Valéria" é a denominação utilizada pelos moradores autóctones para indicar a localização da entrada para o lago da Valéria e da comunidade de São Paulo. Essa denominação também é utilizada pelas agências de turismo e turistas para indicar o local onde cruzeiros que fazem rota pelo rio Amazonas aportam e onde os "serviços" e "produtos" turísticos são comercializados pelos moradores nativos. A Serra da Valéria é um território que faz parte do Projeto de Assentamento Vila Amazônia (P.A. Vila Amazônia), formado pelas comunidades de São Paulo, Bete Semes e Santa Rita de Cássia, além das colônias de Fé em Deus, Samaria e Boa Fé apresenta de relevo planície várzea e de terra firme com muita sinuosidade. Estes dois domínios naturais regem a vida dos caboclos habitantes do lugar. Localiza-se há quatro horas via fluvial e a 60 quilômetros estrada de chão batido da sede do município de Parintins. O entendimento dessa diferenciação é importante para termos uma noção da espacialidade e especificidade in loco de pesquisa.

O objetivo principal deste artigo é descrever o turismo comunitário, principalmente relacionado ao turismo comunitário "indígena" realizado na região da boca da Valéria no estado do Amazonas. O enfoque abordado nesta pesquisa foi a identidade cultural e como ele é manipulado para a obtenção de uma maior lucratividade. A preocupação com relação essa atividade econômica, se faz necessário em virtude desta ser a principal fonte de renda dos moradores dessa localidade.

Ao colocar o turismo comunitário como promotora do desenvolvimento de base local. Teremos preliminarmente dois objetos importantes como arcabouço teórico para a realização deste estudo. De um lado, será analisado o turismo comunitário "indígena" na Amazônia e, de outro, a sujeição da cultura local pela indústria do turismo. Com relação à temática do turismo, este estudo apresenta os conceitos de Turismo Tradicional, Ecoturismo, Turismo de Base Comunitária e Turismo em Território Indígena. Já o tema da Identidade Cultural expõe os conceitos de Patrimônio Construído e Inventado, Mercantilização da Cultura e a principalmente a Sujeição da Cultura Local.

Deste modo, o turismo nas suas versões múltiplas como atividade industrial gera retorno desde que as condições econômicas, jurídicas, políticas, educacionais e tecnológicas existam. Esse raciocínio encontra-se presente na ideia de polo, tal qual o território desta pesquisa. Por conseguinte, ele poderá vir a ser um fator de desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional, mas não é. Assim, que tipos de restrições estão a obstruir a concretização desse território como espaço turístico comunitário no caso da Região da Valeria?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O intuito deste é apresentar tantos argumentos favoráveis como contrários ao turismo comunitário, principalmente relacionado ao turismo comunitário "indígena" no estado do Amazonas. Porém, dar-se-á ênfase ao tema da identidade cultural, pois verifica-se no território estudado uma sujeição da cultura da local (ribeirinha) em detrimento de outra mais reconhecida internacionalmente (indígena), com finalidade de promover e facilitar a viabilidade dessa atividade econômica. Tanto a atividade turística da região quanto a comunidade ficam subordinados aos interesses exógenos do mercado.

Conceito de Ecoturismo

O turismo é uma das atividades econômicas que mais gera riquezas no mundo (SILVA; JESUS; FONSECA, 2011). Porém, seu desenvolvimento gera impactos nas comunidades locais e, por esse motivo, é importante que seja repensado o modelo de exploração turística pautada, muitas vezes, na primazia empresarial de maximização dos ganhos. É preciso compreender o potencial de inclusão social do ecoturismo, imprimindo ações que se voltem para o desenvolvimento local e na busca da qualidade de vida das comunidades que recebem um intenso fluxo de turistas.

A atividade turística tradicional, que anseia por ganhos imediatos e demanda grandes investimentos, causa, na maioria das vezes, graves impactos ambientais, perda de valores culturais e o distanciamento da população dos benefícios econômicos advindos do ecoturismo. Segundo Barretto (2001), na última década do século passado, tem-se trabalhado no sentido de estabelecer modelos de

desenvolvimento ecoturístico que incluam ações voltadas a um desenvolvimento sustentável de caráter local e comunitário.

Ações relacionadas diretamente à manutenção dos ambientes naturais, a geração equitativa dos benefícios sociais, econômicos e culturais na sociedade tornaram-se disseminadas e importantes nas últimas décadas devido à intensa degradação das áreas naturais, das culturas regionais e da desigualdade socioeconômica decorrente dos processos de crescimento do atual modelo econômico (SACHS, 1993; VEIGA, 2005).

A Amazônia é reconhecida internacionalmente pela biodiversidade dos ambientes naturais e pela pluralidade cultural de sua população. O ecoturismo tem como escopo de ser uma ferramenta para: conservação e valorização das áreas naturais; entendimento e o fortalecimento dos elementos culturais da localidade; a solidariedade e corresponsabilidade nas atividades comunitárias; geração e distribuição de renda local (OLIVEIRA; BLOS, 2012).

Atualmente o ecoturismo é visto pelo meio empresarial como uma forma de se obter ganhos elevados. Entretanto, tal visão gera inquietação ao não levar em consideração a sustentabilidade cultural, social, natural e econômica do local onde será implantado essa atividade. Para Campos (2005), sem um plano apropriado, as consequências serão sempre negativas para a comunidade receptora e para o ecossistema local. Toda ação ecoturística deve levar em consideração um planejamento adequado para a região que colaborará para o abrandamento dos impactos ambientais causados na fauna e flora da várzea Amazônica (característica predominante do território pesquisado neste estudo de caso).

Oliveira e Blos (2012), afirmam que o ecoturismo envolve quatro elementos fundamentais, 1) noções de movimento ou viagem (a área deve ser o mais natural possível); 2) baseia-se na natureza; 3) induz à conservação; 4) tem papel educativo. Esses fundamentos priorizam a ideia de mitigar impactos ao meio ambiente e conscientização ambiental.

Turismo de Base Comunitária

Segundo pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD), os baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) encontram-se concentrados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Locais quase sempre excluídos dos programas para diminuição do analfabetismo, promoção de saúde, educação, saneamento básico, mas que possuem uma singular beleza natural e cultural.

Conforme Santos e Aragão (2013, pág. 1) *“no Brasil, como é sabido, as práticas políticas por vezes reforçam as ações eleitoreiras de poucos em detrimento de muitos por um curto período de tempo, no máximo, o período de duração de um mandato”*. Inviabilizando vários projetos e programas comunitários postos em prática por uma gestão política que não tenham continuidade no governo seguinte. A ausência de correlação entre as políticas municipais e estaduais pode ser apontada como outro problema no desenvolvimento comunitário.

Para Yázigi (1999), a negligência de ambas ou de uma das partes pode também ser motivo de descasos, em que o pessoal, a troca de favores políticos entre as partes e mesmo o conflito de interesses, sobrepujam o interesse comunitário, ampliando a desigualdade social e a pobreza. A falta de políticas públicas com programas que visem o bem-estar e uma melhor qualidade de vida dos residentes, perpetua a relação de dependência e de inércia por parte da população local.

Por outro lado, a análise das experiências de resgate social ocorridas no Brasil corrobora para o fato de que o brasileiro tem uma significativa capacidade de lidar com a adversidade. Para Santos e Aragão (2013) a ausência de mobilização social decorre, dentre outros fatores de um profundo descrédito pessoal, por ausência de autoestima, de identidade própria e coletiva.

Segundo Coriolano (2003, pág. 26), o desenvolvimento comunitário está ligado à escala humana. Para a autora, esse tipo de desenvolvimento[...] *“pode ser entendido como aquele que privilegia o ser humano, possibilitando o desabrochar de suas potencialidades, assegurando-lhes subsistência, trabalho, educação e condições de vida digna a todos os cidadãos”*.

Pensar o desenvolvimento sustentável de uma localidade implica em que os setores social, econômico, cultural e ambiental, sejam trabalhados e valorizados da mesma forma. Santos e Campos (2003) se aportam teoricamente em Sachs (1995) para discutir que, a busca pelo desenvolvimento diz respeito à harmonia entre os setores ambientais, sociais e econômicos. Acredita-se que a cultura também é um catalisador para a melhoria das condições de sobrevivência e do desenvolvimento sustentável local.

Nas etapas do desenvolvimento do turismo nos territórios de comunidades tradicionais, as experiências práticas têm se mostrado, para além do discurso tradicional do turismo como promotor de desenvolvimento, que grande parte da população nativa é excluída do processo econômico e social das atividades lucrativas ocorridas através do turismo. Neste contexto, surge a primeira inquietação deste estudo: de que maneira as comunidades que realizam algum tipo de atividade turística na região da Valéria (território do Polo Sateré no município de Parintins-AM), estão sendo inseridas ou excluídas do processo de política cultural para o desenvolvimento dessa atividade em áreas de populações tradicionais?

“Uma política cultural para o desenvolvimento isola determinados aspectos, privilegia alguns pontos, e atua numa direção específica. Ela pode assim propor, numa pequena comunidade, a valorização das tarefas femininas ou o incentivo de mecanismos que contribuiriam para uma melhor exploração do turismo”. (ORTIZ, 2008, p. 126).

O Turismo de Base Comunitária dedica-se em estimular as especificidades do lugar (gastronomia, religiosidade, danças e ritos), mas também incentiva as atividades extrativistas e de produção do artesanato, ou seja, busca a permanência de todo o conjunto de bens patrimoniais próprios da localidade, procura meios de mostrar como o meio ambiente, a história, a tradição e a cultura local, além de poder ser apreciadas, podem ser vetores de trabalho e comercialização para ganhos financeiros dos residentes. De acordo com Coriolano (2003, pág. 282),

[...] o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.

Conforme Araújo (2011), cada vez mais, na sociedade atual é essencial incluir a população local na dinâmica turística, desde o seu planejamento até a gestão da atividade, como forma de se alcançar o desenvolvimento sustentável e de minimizar os possíveis conflitos que a atividade turística possa ocasionar. Dessa forma, acredita-se que o TBC, é entendido como aquele que envolve a população local em todas as etapas dos projetos turísticos e proporciona controle efetivo sobre sua gestão (MITRAUD, 2003). Sendo assim, o TBC pode contribuir de forma positiva na geração de benefícios para a população local e para a sua autonomia nos processos de decisão relativos ao turismo em seu território.

A necessidade de participação popular no planejamento turístico se justifica, portanto, pelo fato de que nem sempre a população local é inserida na divisão dos benefícios. Baseando-se nos princípios³ da economia solidária, o turismo de base comunitária se configura, assim, como uma alternativa aos projetos turísticos tradicionais: *“o turismo comunitário questiona o mito do turismo como gerador de emprego e renda e denuncia às políticas centradas na atração de investimentos que não levam em consideração a participação e o desenvolvimento das comunidades locais (TURISOL, 2008. p.3)”*.

Diante do exposto, é possível afirmar que o TBC difere-se sobremaneira do turismo convencional: enquanto este se inspira no crescimento e no mercado e, assim, tem como principais objetivos o lucro e a produção, aquele se configura como práticas solidárias e democráticas de trabalho e pauta-se na distribuição equitativa das riquezas geradas pelo desenvolvimento da atividade.

Nesse sentido, e tendo em vista a negligência com que esse patrimônio comunitário geralmente é tratado nos tradicionais planos turísticos, o turismo de base comunitária tem como princípio a conservação da biodiversidade e da diversidade cultural, ao dar voz e valorizar o modo de vida, as tradições e os pontos de vista da população local em relação ao turismo. Esses são os três princípios básicos do chamado Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (SAMPAIO *et al.*, 2006), dentro do qual se encontra o turismo de base comunitária.

Para Sampaio *et al* (2008, pag. 1), A derivação do termo arranjo socioprodutivo de base comunitária se origina de, pelo menos, dois pontos de vista. “[...] O primeiro ponto de vista está atrelado à sociopolítica sob a denominação arranjo institucional que designa um conjunto de inter-relações de entidades e normas legislativas que tem a finalidade de organizar as atividades societárias de modo a alcançar objetivos sociais [...]”. O segundo, surge a partir da definição de Arranjos Produtivos Locais (APL's), tradução brasileira para o termo *cluster* que vem sendo tratado na literatura internacional. Segundo Sampaio *et al* (2008, pag. 1) *“os APL's podem ser considerados como gestão Interorganizacional de um espaço territorial sociopolítico-econômico que desencadeia uma dinâmica dialética entre cooperação e competição, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas”*.

Assim, com ênfase associativa comunitária, surgem expressões como Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária ou Redes de Economia Solidária.

O planejamento participativo da atividade turística deverá ser acrescentada a necessidade de disseminação do conhecimento acerca dos impactos do turismo junto a população local. A preocupação com os moradores dos destinos turísticos tem merecido destaque no discurso de lideranças responsáveis pela atividade. No entanto, na prática os avanços para a efetiva inclusão dessa população tem sido reduzido.

O turismo comunitário não é apenas uma atividade produtiva, procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação e informação com agentes externos, entre eles e

³ Verificar na Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL (2008) com mais riqueza de detalhes todos os princípios da Economia Solidária.

os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora, como afirma Sampaio (2006, p. 6),

Ambos [visitantes e comunidades receptoras] considerados agentes de ação socioeconômica ambiental que devem repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, e de um conjunto de funções produtivas e sócioecológicas, regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais.

Turismo Comunitário em Território Indígena

Referente ao uso das terras indígenas do Polo Sateré para o turismo comunitário, destaco o crédito à Liliانا Vignoli de Salvo Souza, que no seu trabalho de conclusão do curso Especialização em Desenvolvimento Sustentável menciona a preocupação do turismo em Terras Indígenas (TI's). Sabiamente, esta aponta a palavra “inquietações”, demonstrando preocupação quanto à realização desta atividade. Souza (2009, p. 22) apresenta dez perguntas contundentes que se tornam importantes ferramentas no que tange o turismo em comunidades tradicionais, conduzindo às reflexões indigenistas:

Tenho muitas inquietações: o que significa uma viagem à terra indígena? O que busca o visitante? Como adentrar com respeito no espaço físico, na vida, na sociabilidade do Outro? Como estas questões dialogam com o etnodesenvolvimento com relação às políticas públicas voltadas para os indígenas no Brasil, hoje? Que impactos as propostas de turismo em TI podem trazer para as populações anfitriãs? Que tipos de trocas culturais estão previstas? Quais são os seus reflexos? O que está em jogo? O turismo pode ser encarado como uma alternativa de desenvolvimento sustentável ou etnodesenvolvimento para as comunidades indígenas no Brasil? Há outra viagem possível?

Ao se estudar a temática indígena se faz necessário conhecer as especificidades de suas dinâmicas sociais e culturais, não se partindo para uma generalização, tipo Pan-indigenismo. É imprescindível saber que cada etnia tem um enfoque e uma experiência diferenciada no significado de sua existência, não havendo uma lógica cultural que englobe todas as comunidades indígenas.

Held (2013, pag. 45) apresenta os seguintes dados populacionais sobre os indígenas, tais como: *“No Brasil, existem 505 terras indígenas reconhecidas, sendo que estas compreendem 12,5% do território brasileiro (106.739.926 hectares), com significativa concentração na região amazônica [...]”*. Outra informação apresentada pelo autor evidencia no seu estudo⁴, que a etnia Sateré-Mawé é a décima primeira das etnias indígenas brasileiras com maior contingente populacional totalizando aproximadamente cerca de 13 mil indivíduos.

Os problemas da realização da atividade turística em territórios indígenas são segundo ALMEIDA (2009, p. 2) *“tecnicamente é possível a prática turística em qualquer época e em qualquer parte do planeta Terra”*. Mesmo que seja possível, tecnicamente, a prática do turismo também em áreas indígenas, todos os cuidados devem ser tomados ao propor uma atividade como essa. Pois, os visitantes podem estar adentrando na subjetividade de um povo e a valores imateriais que não devem ser abalados.

Deste modo, o turismo nas suas versões múltiplas como atividade industrial gera retorno desde que as condições econômicas, jurídicas, políticas, educacionais e tecnológicas existam. Esse raciocínio encontra-se presente na ideia de polo, tal qual o território desta pesquisa. Por conseguinte, ele poderá vir a ser um fator de desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional, mas não é. Assim, que tipos de restrições estão a obstruir a concretização desse território como espaço turístico comunitário no caso da Região da Valéria?

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

A metodologia utilizada nesta pesquisa preliminar vem ao encontro do material de outros estudos pesquisado em campo, bem como aqueles coletados na literatura e extraídos de documentos oficiais, portanto a forma empírica está embasada de teoria.

Ao colocar o turismo comunitário como promotora do desenvolvimento de base local. Teremos preliminarmente dois objetos importantes como arcabouço teórico para a realização deste estudo. De um lado, será analisado o turismo comunitário “indígena” na Amazônia e, de outro, a sujeição da cultura local pela indústria do turismo. A metodologia a ser utilizada na pesquisa de campo divide-se entre etnológicos⁵, etnográficos⁶, pesquisa-ação, pesquisa-participante e a literatura sobre turismo e cultura.

Segundo Oliveira (1996), as pesquisas etnológicas e etnográficas irão contribuir na observação das comunidades e associações durante a realização do trabalho de campo. Além de proporcionar de forma

⁴ Não existe a coluna referente aos Estados, o que se explica pelo fato de que muitas etnias estão presentes em várias Unidades da Federação (UFs).

⁵ Para Laplantine (2004) [...] a **Etnologia** é o estudo explicativo dos fenômenos descritos pela Etnografia.

⁶ *Idem* [...] a **Etnografia** é a descrição dos diversos povos, do seu gênero de vida e das suas instituições.

sistemática alguns procedimentos importantes nas anotações das informações, as quais constituirão como material de registro para etapas posteriores como a análise.

A Pesquisa-ação e a pesquisa-participante serão utilizadas como ferramentas auxiliares na coleta de dados e de informações na pesquisa de campo, que contará com auxílio das obras de Thiollent (2008) e de Brandão (1998), intituladas, respectivamente, “Metodologia da pesquisa-ação” e “Pesquisa Participante”.

A técnica de observação participante Vergara (2000), é a oportunidade em que o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. É uma das técnicas que, no nosso universo de olhar, são importantes para a realização de um exame do turismo inserido como fator para o desenvolvimento social do Polo Sateré.

Para a análise e interpretação dos dados, a abordagem principal será qualitativa, embora alguns dados quantitativos, especialmente os secundários, serão necessários para mapear e diagnosticar a situação presente nas comunidades integrantes do Polo Sateré.

Será utilizado também como método de análise, o de conteúdo, que tentará identificar as características das comunidades escolhidas e relacionadas ao desenvolvimento econômico local. A análise de conteúdo será regida seguindo as etapas básicas propostas em Bardin (2004): pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; e interpretação.

O TERRITÓRIO, A REGIÃO E A COMUNIDADE ESTUDADA

O Território: Polo Sateré

O Polo Sateré do PROECOTUR⁷, localizado no extremo leste do Estado do Amazonas, foi delimitado inicialmente pelos os ministérios do Turismo e do Meio Ambiente como sendo constituído pelos municípios de Parintins, Nhamundá, Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Maués, totalizando um território de 68.384 Km². Sua denominação tem inspiração no povo indígena dos **Sateré-Mawé** (**Sateré** quer dizer “lagarta de fogo”, referência ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade, aquele que indica tradicionalmente a linha sucessória dos chefes políticos; e, **Mawé** quer dizer “papagaio inteligente e curioso”, e não é designação clânica), habitantes históricos da região e que hoje se concentram no Território Indígena Andirá-Maraú (demarcada em 1982 e homologada em 1986), abrangendo áreas no Amazonas e Pará (BARRETO, 2011).

Com pouco mais de duzentos mil habitantes e menos de sete habitantes por Km², o PIB bruto do Polo não atinge R\$420 milhões (renda média per capita de R\$2.156,00), baseando sua economia na várzea em atividades de pesca, a pecuária e o extrativismo florestal não madeireiro (o setor industrial é significativo apenas em Maués por conta da cultura do Guaraná). Parintins, às margens do Rio Amazonas, também vem desenvolvendo em muito o setor de serviços, em detrimento dos demais municípios, cujo acesso se dá por um afluente, na margem direita (no caso de Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Maués), à exceção de Nhamundá (localizado em sua margem esquerda). (AMAZONASTUR, 2012).

Embora predomine o cenário de infraestrutura⁸ precária, a região do polo é beneficiada com a existência de grande biodiversidade Amazônica. Seus elementos e recursos naturais – geomorfologia, hidrografia, clima, vegetação, fauna – demonstram todo o potencial de desenvolvimento que a atividade turística pode vir a alcançar. Como alternativa e complemento para as atividades econômicas em área de várzea, o turismo comunitário pode contribuir positivamente para a geração de benefícios sociais e ambientais para o polo.

A cultura indígena e a diversidade folclórica observadas no polo através de lendas, música, danças, artesanato e poesia constituem importante insumo para o seu desenvolvimento turístico. No entanto, a visibilidade destas características diferenciadas em âmbito nacional é pequena e terá de superar entraves para que elas se tornem efetivamente atrativos turísticos da região.

Conforme Ortiz (2008, p. 123), “os estudos sobre a importância econômica das “indústrias criativas” são recentes e nas plataformas dos partidos políticos as propostas culturais são secundárias”. Na tentativa de reverter o cenário atual de exploração da cultura indígena, está em fase de implantação pela Universidade Federal do Amazonas (Campi Parintins-AM) a Incubadora Amazonas Indígena Criativa – AmIC, financiada pela Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura. Para Reis e Barreto⁹ (2014), a AmIC tem como objetivo central ser uma organização de aprendizagem para atender as iniciativas empreendedoras com identidade cultural indígena, das cidades que compõe o Baixo Amazonas.

⁷ O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur - é uma iniciativa do Governo Brasileiro firmado por meio de um contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Tem como executores o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Ministério Turismo – MTUR, e se desenvolve em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e com os Estados da Amazônia Legal.

⁸ A infraestrutura básica e de apoio, seja em área urbana ou rural, é precária, assim como sua estrutura de varejo. A matriz energética, a destinação de resíduos sólidos, o tratamento de efluentes e o sistema de comunicação são entraves desafiadores da sustentabilidade, não apenas ao desenvolvimento turístico, mas também à qualidade de vida dos comunitários locais.

⁹ Thalita Reis (Coordenadora) e William Barreto (Vice-Coodenador) da AmIC. **Projeto de Criação da AmIC** submetido ao Ministério da Cultura, Relatório Técnico: 2014.

A região do Baixo Amazonas

Os municípios que compõem o Baixo Amazonas, a saber: Parintins (sede da comunidade estudada), Nhamundá, Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, São Sebastião do Uatumã e Urucará. Os municípios mais distantes de Parintins são os de Maués, São Sebastião do Uatumã e Boa Vista do Ramos. Por sua vez, Barreirinha e Nhamundá são os mais próximos. Todavia, tais números tornam-se irrelevantes frente à realidade Amazônica, pois, por mais que a distância entre município de Nhamundá e Parintins seja de 47.18 km; a distância em quilômetros entre Parintins e Barreirinha em linha reta seja 41.43 km; a distância em quilômetros entre Parintins e São Sebastião do Uatumã em linha reta seja 126.37 km; a distância em quilômetros entre Parintins e Maués em linha reta seja 137.75 km; a distância em quilômetros entre Parintins e Urucará em linha reta seja 114.34 km e distância em quilômetros entre Parintins e Boa Vista do Ramos em linha reta seja 101.96 km, o percurso do rio, não é retilíneo.

Muitas das vezes, os caminhos mais distantes acabam sendo os menos difíceis, uma vez que os aspectos geográficos favorecem, enquanto que os municípios mais próximos em linha reta, o percurso muito maior, pois dependendo da vazante ou da enchente dos rios, é preciso que a embarcação pegue um caminho muito longo, aumentando a distância.

Objeto de Estudo: O turismo comunitário “indígena” na Boca da Valéria

A comunidade conhecida como Boca da Valéria e/ou Região Serra da Valéria faz parte do Projeto de Assentamento Vila Amazônia localizado na margem direita do Rio Amazonas e distante a cinco quilômetros via fluvial da sede do Município de Parintins. Segundo Fonseca (2010) este assentamento foi criado através da Portaria MIRAD nº 1404 de 26 de outubro de 1988, o P. A Vila Amazônia possui área de 78.270 hectares e com as seguintes características:

Está localizado à margem direita do rio Amazonas, entre os rios Mamuru e o paraná de Ramos, com distante de 5 km entre o Núcleo Urbano e a cidade de Parintins, sendo o acesso feito por via fluvial. No P.A. da Vila Amazônia existem atualmente 1.772 parcelas rurais demarcadas e ocupadas por ribeirinhos assentados pelo INCRA, de uma capacidade de 2.400, restante 628 parcelas vagas. Foram regularizadas, através de títulos de domínios, 623 parcelas, com documentos expedidos entre os anos de 2000 e 2003. Os núcleos urbanos existentes possuem 469 lotes medidos e demarcados, onde residem mais de 320 famílias, sendo a maioria de ribeirinhos parceiros do projeto, além de 42 lotes destinados ao funcionamento dos núcleos urbanos, como as sedes das próprias comunidades, das associações, dos núcleos e das colônias (FONSECA, 2010, p. 25)

A Serra da Valéria (Boca da Valéria) está localizada há quatro horas via fluvial e a 60 quilômetros por terrestre da Vila Amazônia e conseqüentemente da sede do município é formada pelas comunidades de São Paulo, Bete-Semes e Santa Rita de Cássia, além das colônias: Fé em Deus, Samaria e Boa Fé. Com exceção da comunidade de São Paulo que está localizada na base da serra as comunidades de Santa Rita e Bete-Semes estão localizadas em terra firme, não sendo afetadas pelas enchentes. Os meios de transportes mais utilizados pelos moradores dessa localidade são os barcos do tipo recreio com capacidade média para até 30 passageiros que fazem linha semanalmente para a sede do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste artigo fazem parte de um diagnóstico realizado pela Incubadora de Tecnologias para Empreendimentos Sociais de Economia Solidária (UFAM) em 2014, solicitado e financiado pelo Ministério do Turismo. Com o intuito de verificar pela perspectiva mercantil a viabilidade de investimento no turismo comunitário na Região da Valéria. As principais características solicitadas pelo Ministério do Turismo foram: capacidade empreendedora, viabilidade econômica, capacidade financeira da comunidade, identificar atrativos turísticos, roteirizar a demanda e oferta de pacotes para grandes empresas do ramo do turismo, etc. Todos esses elementos voltados para o mercado. Além desses, a incubadora a revelia identificou e relatou no diagnóstico, que apesar da comunidade ser isolada, há uma intensa atividade da indústria da prostituição naquela comunidade, na sua maioria prostituição infantil, na qual meninas são oferecidas ao turista estrangeiro por familiares induzidos por “operadores” e empresas oriundas de outros estados e principalmente “operadores” estrangeiros. Conforme relatado pelos comunitários essa indução se dá através da “possibilidade” de casar sua filha com um “gringo” e melhorar a condição de vida delas e dos posteriormente dos seus familiares. Outra crítica posta pela incubadora universitária é a mercantilização dos artesanatos e das urnas funerárias indígenas de antepassados encontradas em vários sítios arqueológicos para venda como *souvenir*.

Sobre a comercialização dos chamados patrimônios culturais o pesquisador José Reginaldo Santos Gonçalves, apresenta várias inquietações, ele alerta, no texto “Os limites do patrimônio”, sobre a mercantilização da cultura. O antropólogo argumenta sobre o inflacionamento da categoria “patrimônio”, fenômeno verificado nos últimos tempos, tem colocado em risco seu potencial analítico.

No Brasil, ao longo de várias décadas, nos debates públicos sobre as políticas de tombamento e de preservação dos chamados “patrimônios culturais”, o “mercado” foi tendencialmente representado sob uma forte desconfiança. (GONÇALVES, 2007, p. 239)

No caso da comercialização do *souvenir cultural* da região da Valéria. Foi constatado, além do comércio informal (ilegal) realizado pelos comunitários ribeirinhos, a participação direta por parte do poder público municipal, na promoção e no incentivo de tal comércio. Conforme caracterização da rede para a comercialização apresentada por Gonçalves (2007),

“Há uma extensa rede de mercado intimamente associada aos discursos do patrimônio: companhias de transporte, redes de hotéis e de restaurantes, visitas turísticas, festivais, comércio de souvenirs (postais, reproduções, fotografias, filmes, objetos), edição e circulação de jornais, revistas, livros.” (GONÇALVES, 2007, p. 244).

Ao analisar esse mesmo diagnóstico pelas perspectivas da Diversidade Histórico-Cultural e do Desenvolvimento Regional. Podemos vislumbrar outras variáveis ligadas à questão de uma cultura sobrepor à outra, no caso, a indígena sobre a ribeirinha, com a intensão de viabilizar maiores lucros com o comércio (mercado cultural). Baseando nos argumentos e conceitos apresentados por de Gonçalves, Oliveira e Ortiz, vislumbramos a questão do mercado e turismo, da identidade étnica¹⁰, identidade renunciada¹¹, identidade negativa¹². O discurso do patrimônio construído e inventado.

Um dia anterior à chegada dos navios transatlânticos há uma “preparação” da comunidade, dos ribeirinhos e das moradias, com o intuito da região ser visitada como uma comunidade indígena. Com o desembarque na comunidade inicia-se os comércios de *souvenir* e os comunitários se fantasiam de índios com animais capturados para venda e/ou registro fotográfico, com a intenção de iludir os visitantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se no caso do turismo comunitário da região da Valéria, a preferência por parte da indústria do turismo, pelo turismo indígena em detrimento da cultura local. Com o passar dos anos, essa imposição é deletéria tanto para a cultura local (ribeirinha) quanto para a sustentabilidade da própria atividade turística, quando apresentam a localidade com um patrimônio cultural inventado, a intensa mercantilização da cultura, através do comércio ilegal de *souvenir* e a principal de todas a sujeição da cultura local.

É necessário fazer um adendo, quando é citada a expressão “sujeição de uma cultura sobre a outra”, não se está hierarquizando as culturas (indígena melhor ou pior do que a ribeirinha). Nesta pesquisa, demonstrou-se que para a indústria do turismo, de lógica capitalista, é extremamente importante, que os ribeirinhos se transvestem em índio, com a intenção de obter um maior ganho monetário.

Além das inquietações supracitadas relacionadas com a cultura. Podemos destacar outras preocupações de caráter mais geral relacionadas com o turismo na comunidade da Valéria, tais como: (i) preocupação ambiental (pesca predatória, captura e aprisionamento de animais para exposições aos turistas, etc.) e (ii) sociais, destacando o mais preocupante das questões sociais, o intenso comércio do turismo sexual infantil na comunidade.

Portanto, é possível apontar, com os argumentos expostos neste estudo, que o turismo comunitário “indígena” da região da Valéria é insustentável com o passar dos anos. Em virtude, de como é realizada a oferta desse produto inventado e principalmente pela execução e operacionalidade na própria comunidade. Podemos citar dois fatos ocorridos na comunidade (observação participante) que corroboram para essa conclusão. Primeiro, os agentes turísticos oferecem, na sua maioria para estrangeiros, uma vivência em uma comunidade indígena na Amazônia. Com o advento da facilidade de se obter informações sobre qualquer assunto na internet, vários turistas se sentem enganados, tal revolta foi presenciada in loco que cominou com a partida antecipada dos visitantes (a estadia estava programada para dois dias visitas na comunidade reduziu-se para algumas horas). O último, refere-se ao fato da captura de animais para a exposição aos visitantes. Os comunitários ao apresentarem um jacaré-açu (jacaré de grande porte) amarrado e imobilizado, aquela visão foi um choque e vários turistas revoltados não desembarcaram mais na

¹⁰ Identificação Étnica: “refere-se ao uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e, desse modo, relacionar-se aos outros”. (OLIVEIRA, 2003, p. 118)

¹¹ Identidade Renunciada: “uma identidade latente que é apenas “renunciada” como método e em atenção a uma práxis ditada pelas circunstâncias, mas que a qualquer momento pode ser atualizada, invocada” (OLIVEIRA, 2003, p. 124)

¹² Identidade Negativa: “A identidade negativa é a soma de todas aquelas identificações e os fragmentos de identidade que o indivíduo tem que reprimir em si mesmo por serem indesejáveis ou irreconciliáveis, ou pela qual indivíduos atípicos e minorias marcadas são forçados a se sentir “diferentes”. (OLIVEIRA, 2003, p. 127)

comunidade, ficaram no navio os dois dias programados de visitas na comunidade. Esses fatos comprovam a insustentabilidade da atividade turística nos moldes atuais no longo prazo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONASTUR (2012). **Agência de Turismo do Estado do Amazonas**. Disponível em: <<http://www.amazonastur.am.gov.br/ecossistemas/1443/22>> Acesso em: 18 Ago. 2012.

ARAÚJO, M. (2011). **O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil**. Revista Turismo em Análise. Volume 22, Número 2.

BARRETO, W. S. (2011). **A sustentabilidade do setor pesqueiro dos lagos da região de Parintins-AM**. Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amazonas: UFAM.

BARRETTO, M. (2001). **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas: Papirus.

OLIVEIRA, C. A. F.; BLOS, W. S. (2012). **Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação**. Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.137-151, ago.

BENI, M. C. (2001) **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac.

CAMPOS, A. C. (2004) **Arranjos produtivos no estado do Paraná: o caso do município de Cianorte**. 2003. 224 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CAMPOS, A. M. N. (2005) **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**, Caderno Virtual de Turismo, Vol. 5, Nº 1. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br>.

CORIOLOANO, L. N. T. (2003). **O desenvolvimento voltado às condições humanas e ao turismo comunitário**. In: CORIOLOANO, L. N. T; LIMA, L. C. Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE. (p. 26-44).

DEMO, P. (1999). **Metodologia científica em ciências sociais**, São Paulo-SP: 3. Ed., Atlas.

ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.) (2007). **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra. p. 239-248.

FONSECA, A. P. (2010), (Eco) turismo e territorialidade: a (in) sustentabilidade na Boca da Valéria / Parintins – AM / Manaus: UFAM, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. 193f.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (2004). “Os limites do patrimônio”. In: LIMA, Manuel Ferreira; LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem.

MITRAUD, S. (2003). **Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento sustentável**. Brasília: WWF-Brasil, 470p. 2003.

OLIVEIRA, L. D.; PINHEIRO, L. E. L.; MICHELS, I. L.; BRUM, E. (2008). **A organização da atividade turística de Corumbá, sob o enfoque da cadeia produtiva e arranjo produtivo local**. Pasos (El Suzal), v. 6, n3, p. 511-522.

OLIVEIRA, R. C. (1996). O trabalho do antropólogo. Olhar, Ouvir, Escrever. In. **Revista de Antropologia**. Departamento de Antropologia – USP, VOL. 39, N. 1, 1996.

_____. (2003). Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**, V. 6, N. 2, JUL./DEZ., Págs. 117-131.

ORTIZ, Renato (2008). Cultura e desenvolvimento. **Políticas culturais em revista**, V. 1, N. 1, Págs. 122-128.

SACHS, I. (1993). **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel.

SAMPAIO, C. A. C.; CARVALHO, M. B.; ALMEIDA, F. H. R. (2007). **Turismo comunitário: projeto piloto montanha beija-flor dourado** (micro-bacia do rio sagrado, Morretes, Paraná). Turismo -Visão e Ação - vol.9 - n.2 p.249-266. Acessado em julho de 2014.

SAMPAIO, C. A. C.; LEÓN, I. C.; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V.; AMAL, M. (2008). **Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária: APL pensados como arranjos institucionais. O Caso da Mondragón Corporação Cooperativa.** XXXII EnANPAD.

SAMPAIO, C.; OYARZÚNH, E.; SOUZA, M.; CÁRCAMO, C.; MANTOVANELI JÚNIOR, O. (2006). **Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile.** IV Seminário de pesquisa em turismo do mercosul. Caxias do Sul. 7 a 8 de julho de 2006. Disponível em: www.ucs.br/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT1_1-A8.pdf. Acesso em: Julho, 2014.

SENA, C. C. A.; CHAVEIRO, E. F. (2013). **Etnoturismo no Cerrado de Goiás: Espaço Étnico e Turismo Indígena na Chapada dos Veadeiros – Brasil.** In: Anais do XIV Encontros dos Geógrafos da América Latina. Peru.

SILVA, J. P.; JESUS, P.; FONSECA, J. M. (2011). **Turismo, economia solidária e inclusão social em Porto de Galinhas, PE.** Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.325-340, dez.

SOUZA, P. A. R.; ANJOS, Y. W. S. (2012) **O Desenvolvimento dos Empreendimentos Turísticos da Região de Parintins no Amazonas:** uma abordagem relacionada ao estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Turydes, v. 5, n12, p. 3-19.

THIOLLENT, M (2008). **Metodologia da pesquisa-ação.** 16. Ed – São Paulo: Cortez.

TURISOL (2008). **Rede brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.** Apresentação da rede, 2008. 30p. Disponível: <http://turisol.files.wordpress.../proposta.pdf>. Acesso em julho, 2016.

VEIGA, J. E (2005). **Do global ao local.** Campinas-SP: Armazém do Ipê.

VERGARA, Sylvia Constant (2008). **Métodos de Pesquisa em Administração.** 3 ed. SP: Atlas.